



A CRISE DA RAZÃO E O AVANÇO DO AUTORITARISMO: reflexões filosóficas sobre a extrema direita e a fragilidade democrática

Carlos de Souza Lima¹

Resumo

A ascensão da extrema direita global nas últimas décadas tem levantado questões urgentes sobre os fundamentos da razão e o estado das democracias liberais. Este artigo busca refletir sobre o colapso da racionalidade no debate público e a erosão dos princípios democráticos, em face do crescente autoritarismo contemporâneo. Ao investigar as raízes filosóficas desse fenômeno, analisa-se como a desinformação, o populismo e a polarização ideológica têm comprometido a capacidade das sociedades de preservar as conquistas civilizatórias. O artigo explora ainda o papel da filosofia política na compreensão dos desafios atuais e no enfrentamento das ameaças às liberdades fundamentais. Através do resgate de pensadores como Hannah Arendt e Jürgen Habermas, propõe uma reflexão crítica sobre as estratégias de resistência à radicalização e a importância da razão como eixo central na reconstrução de um diálogo democrático saudável. Conclui com uma proposta para repensar o papel da educação filosófica como uma ferramenta vital para a manutenção da cidadania ativa e da justiça social em tempos de crise.

Palavras-chave: Extrema direita; autoritarismo; democracia; razão; filosofia política; polarização, desinformação.

THE CRISIS OF REASON AND THE ADVANCE OF AUTHORITARIANISM: philosophical reflections on the extreme right and democratic fragility

Abstract

The rise of the far-right in recent decades has raised urgent questions about the foundations of reason and the state of liberal democracies. This article reflects on the collapse of rationality in public debate and the erosion of democratic principles in the face of contemporary authoritarianism. By investigating the philosophical roots of this phenomenon, it analyzes how misinformation, populism, and ideological polarization have compromised society's ability to safeguard civilizational achievements. The article also examines the role of political philosophy in understanding current challenges and confronting threats to fundamental freedoms. Through the lens of thinkers such as Hannah Arendt and Jürgen Habermas, a critical reflection on resistance strategies to radicalization and the importance of reason as a central axis in the reconstruction of healthy democratic dialogue is proposed. The conclusion offers a rethinking of the role of philosophical education as a vital tool for maintaining active citizenship and social justice in times of crisis.

Keywords: Far-right; authoritarianism; democracy; reason; political philosophy; polarization; misinformation.

Artigo recebido em: 15/01/2025 Aprovado em: 30/04/2025
DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v29n1.2025.1>

¹ Graduado em Filosofia e Redes de Computadores. Mestrando em Filosofia. Universidade Federal de Rondônia UNIR RO
E-mail: professorsouzalima@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A ascensão da extrema direita no cenário político global, especialmente no século XXI, tornou-se um fenômeno de grande preocupação. Em um período onde a razão deveria guiar o progresso e a convivência democrática, observamos o retorno de discursos autoritários, carregados de intolerância e polarização. Este cenário revela uma fragilidade profunda nas democracias liberais, que enfrentam desafios para manter os princípios que garantem a liberdade e a justiça. O colapso da racionalidade no debate público ameaça conquistas civilizatórias que pareciam estabelecidas, tornando imperativo um exame filosófico sobre as causas e consequências desse retrocesso.

Ao longo dos últimos anos, muitos estudos têm se debruçado sobre o crescimento do populismo e do autoritarismo, abordando aspectos econômicos, sociais e culturais. Contudo, há uma lacuna significativa no que tange à reflexão filosófica sobre a crise da razão e sua relação direta com a fragilidade das instituições democráticas. Poucas pesquisas têm explorado como a erosão dos valores da razão, herdados do Iluminismo, contribui para o avanço da extrema direita. Justifica-se, portanto, a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, que inclua a filosofia como elemento central para compreender e combater esse fenômeno.

O problema específico a ser abordado neste estudo gira em torno do colapso da razão como base para o debate público e sua relação com o avanço do autoritarismo. A fragmentação da verdade e a manipulação das massas por meio de desinformação são sintomas de uma crise mais profunda, que afeta diretamente a estrutura das democracias liberais. O autoritarismo prospera em meio à desconfiança generalizada nas instituições e à dissolução do diálogo racional. Este trabalho buscará compreender as raízes filosóficas dessa crise e suas implicações para a manutenção dos direitos fundamentais.

Os principais objetivos deste artigo são investigar as causas do declínio da razão no debate público, examinar como isso favorece o crescimento da extrema direita e discutir o papel da filosofia política como ferramenta de resistência democrática. Além disso, será analisada a importância da revalorização da educação filosófica na formação de cidadãos críticos, capazes de enfrentar os desafios impostos pela polarização e pelo populismo autoritário.

Por fim, a viabilidade deste estudo é garantida pela sua fundamentação teórica em pensadores como Hannah Arendt e Jürgen Habermas, que fornecerão as bases filosóficas para a análise crítica do autoritarismo moderno. A importância social deste artigo reside em sua capacidade de oferecer reflexões profundas sobre a preservação da democracia, contribuindo para o debate

acadêmico e fornecendo subsídios para a formulação de políticas que protejam as liberdades civis e o diálogo racional.

2 A CRISE DA RAZÃO NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

A crise da razão na sociedade contemporânea reflete uma ruptura profunda com os ideais iluministas que outrora moldaram a civilização ocidental. O Iluminismo, com seu foco na racionalidade, na liberdade e na busca pelo progresso através do conhecimento, ofereceu um caminho de emancipação humana e desenvolvimento social. No entanto, os valores que outrora unificaram as sociedades em torno da verdade e do debate racional têm sido cada vez mais desafiados por um ressurgimento da intolerância e do irracionalismo. A busca pelo esclarecimento, como proposta por Kant (1784, p.37), que afirmou “O esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade”, tem sido substituída por uma regressão intelectual que favorece a polarização e o autoritarismo. Isso se torna evidente na forma como os movimentos de extrema direita se posicionam contra a pluralidade e os direitos fundamentais, enfraquecendo a base racional que sustenta a democracia.

Essa fragilidade dos ideais iluministas é exacerbada pela desinformação sistemática que permeia o espaço público. A desconfiança nas instituições, alimentada por teorias da conspiração e discursos populistas, cria um ambiente em que a verdade deixa de ser uma categoria objetiva, transformando-se em uma construção meramente ideológica. Habermas (1996, p.62) já alertava para o perigo da “colonização do mundo vivido” por sistemas que instrumentalizam a razão em prol de interesses particulares, corroendo o espaço público de deliberação racional. Essa instrumentalização faz com que os ideais iluministas percam força frente à crescente manipulação das massas, especialmente através das mídias digitais.

Outro fator que intensifica essa crise é o enfraquecimento do pensamento crítico nas esferas educacional e política. A educação, que deveria ser o espaço privilegiado para o desenvolvimento da capacidade crítica, tem sido negligenciada ou, em alguns casos, capturada por agendas ideológicas que se opõem à pluralidade de ideias. A formação de cidadãos aptos a discernir entre o real e o fictício, entre o argumento racional e o apelo emocional, torna-se cada vez mais difícil em um cenário onde o imediatismo e o sensacionalismo predominam. Nietzsche (1886, p.111), em suas críticas à modernidade, já havia apontado que “a verdade é apenas uma ilusão, sobre a qual esquecemos que ela é uma ilusão”, indicando que a sociedade frequentemente substitui a verdade pela conveniência ou pela coerência com suas próprias crenças preconcebidas.

Em suma, a crise da razão no contexto contemporâneo não apenas representa um retrocesso intelectual, mas também uma ameaça direta às democracias liberais. O declínio dos ideais

iluministas diante da intolerância e da irracionalidade sugere que estamos vivendo um período de “pós-verdade”, no qual os fatos objetivos são cada vez mais subordinados às preferências pessoais e ideológicas. Essa nova realidade exige uma reflexão profunda sobre o papel da filosofia e da educação crítica na revitalização do debate público e na reconstrução de uma sociedade fundamentada na razão e no diálogo.

2.1 A Fragilidade dos ideais iluministas frente ao avanço da intolerância

Os princípios fundamentais do Iluminismo, que moldaram grande parte da política e da cultura ocidentais, têm sido cada vez mais enfraquecidos pela intolerância crescente. A crença na razão como guia para a ação moral e política, promovida por pensadores como Rousseau e Voltaire, está sendo corroída por discursos que promovem a exclusão, a xenofobia e o ódio. A busca pelo progresso, que no Iluminismo era vista como uma missão coletiva e racional, agora parece fragmentada pela polarização e pela imposição de ideologias que negam a diversidade. Essa intolerância não se manifesta apenas em ações políticas, mas também na rejeição das ciências e da racionalidade, valores centrais do pensamento iluminista.

Esse retrocesso ideológico encontra apoio em narrativas populistas que rejeitam o diálogo e o consenso, pilares das democracias liberais. Habermas (1985, p.45), por exemplo, afirma que “a racionalidade comunicativa é a base para uma sociedade democrática”, ressaltando que a deterioração dessa comunicação gera o ambiente perfeito para o autoritarismo florescer. Quando a razão é substituída pela violência simbólica, pelas *fake news* e pelos ataques a minorias, o ideal de uma sociedade fundada na racionalidade perde sua força. A intolerância, nesse contexto, passa a ser não apenas uma consequência, mas também um mecanismo de poder que desafia os próprios alicerces da modernidade.

Além disso, o projeto iluminista de construir uma sociedade fundamentada na liberdade e na igualdade tem sido distorcido por grupos que se aproveitam da insatisfação social. O apelo à emoção e ao ressentimento cria um cenário no qual as propostas racionais de inclusão e justiça social são vistas como ameaças. Esses grupos se alimentam da sensação de crise, buscando em líderes autoritários a segurança que a razão não parece mais oferecer. Dessa forma, a intolerância se torna uma ferramenta eficaz para a manipulação das massas, ao invés de um fenômeno marginalizado como deveria ser em uma sociedade racional.

Essa inversão de valores, em que a razão é colocada em segundo plano e a intolerância é normalizada, coloca em risco as conquistas democráticas das últimas décadas. O enfraquecimento dos ideais iluministas sugere que o projeto de construção de uma sociedade baseada na razão e na

liberdade precisa ser revitalizado, sob o risco de assistirmos à consolidação de regimes autoritários que se alimentam da ignorância e do ódio. A importância de repensar o papel da educação e da filosofia nesse contexto é crucial para reverter essa tendência perigosa.

2.2 Como a desinformação e o irracionalismo alimentam o autoritarismo

A proliferação de desinformação nas últimas décadas tem sido um dos principais fatores que alimentam o crescimento do autoritarismo. Em um mundo hiperconectado, onde as informações circulam em uma velocidade sem precedentes, a capacidade de discernir entre o verdadeiro e o falso se tornou uma habilidade cada vez mais rara. Movimentos autoritários, especialmente aqueles de extrema direita, têm se aproveitado desse cenário para espalhar narrativas distorcidas, que criam um ambiente de desconfiança generalizada. O filósofo Habermas (1962, 27) alerta para o perigo dessa manipulação da opinião pública, que desestabiliza o processo democrático ao transformar a esfera pública em um campo de batalha de desinformação.

O uso estratégico de *fake news*, somado ao enfraquecimento do pensamento crítico, cria um ambiente fértil para o surgimento de lideranças autoritárias. Essas figuras se apresentam como “salvadores” em um mundo caótico, oferecendo respostas simplistas e autoritárias para problemas complexos. A desinformação não apenas distorce os fatos, mas também promove uma rejeição às instituições que são vistas como guardiãs da verdade, como a imprensa e o judiciário. Esse processo de corrosão da confiança nas instituições democráticas faz parte de uma estratégia mais ampla para consolidar o poder autoritário.

O irracionalismo que sustenta esses movimentos autoritários também se alimenta do medo e da insegurança, elementos essenciais para a propagação da desinformação. A rejeição à racionalidade científica, por exemplo, é uma tática comum em regimes autoritários que buscam desacreditar especialistas e acadêmicos. Nietzsche (1883-1885, p.115), em suas reflexões sobre o niilismo, já apontava para o perigo da ausência de valores claros, que poderia levar ao domínio do irracional e ao fortalecimento de figuras autoritárias. Dessa forma, o irracionalismo se torna uma ferramenta poderosa para a manipulação das massas, promovendo uma cultura de desconfiança e medo.

Por fim, a combinação de desinformação e irracionalismo cria um ciclo vicioso que perpetua a polarização social e o autoritarismo. Sem uma base sólida de conhecimento e crítica, as sociedades se tornam mais vulneráveis à manipulação política. Para romper esse ciclo, é necessário revitalizar o espaço público como um lugar de deliberação racional e reconstruir a confiança nas

instituições democráticas. A filosofia, nesse contexto, pode oferecer as ferramentas necessárias para entender e enfrentar as raízes desse fenômeno.

3 A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA: um fenômeno global

O ressurgimento da extrema direita como força política dominante em diversos países do mundo tem suas raízes em fatores complexos e variados, que incluem elementos históricos, econômicos e culturais. O contexto global contemporâneo, marcado por crises financeiras, desconfiança nas instituições democráticas e um aumento significativo das desigualdades sociais, contribuiu para a ascensão de movimentos autoritários que desafiam diretamente os princípios da democracia liberal. O fascínio pela figura do líder autoritário, que promete soluções rápidas e simples para problemas complexos, é uma característica comum desses movimentos, que encontram apoio em setores sociais desiludidos com as promessas não cumpridas da globalização e da modernidade.

Habermas (1962, p.15-16), ao discutir a crise das democracias modernas, já apontava para o risco de a esfera pública ser colonizada por forças que exploram a vulnerabilidade do indivíduo diante das incertezas da modernidade. Ele argumenta que “a manipulação das expectativas políticas pode corroer o fundamento do debate democrático, promovendo uma desconfiança generalizada nas instituições”. Isso explica, em parte, o retorno ao autoritarismo, uma vez que as populações, frustradas com o funcionamento do sistema democrático, buscam na figura autoritária uma alternativa ilusória de ordem e segurança. Este fenômeno global encontra variações em diferentes contextos, mas o padrão de ação e retórica é notavelmente similar.

3.1 Fatores históricos e sociopolíticos que impulsionam o retorno ao autoritarismo

A ascensão da extrema direita no século XXI não pode ser compreendida sem uma análise dos fatores históricos que a precedem. O colapso da União Soviética, em 1991, e o subsequente triunfo do capitalismo global criaram uma hegemonia econômica e ideológica que, por um tempo, parecia indiscutível. Contudo, o aumento das desigualdades sociais, a concentração de renda e as crises econômicas, como a de 2008, evidenciaram as falhas do neoliberalismo. Movimentos de extrema direita souberam explorar esse descontentamento, apresentando-se como alternativas ao que consideram ser uma elite globalista que ignorou as necessidades das populações locais. A história mostra que, em momentos de crise, a sociedade é mais vulnerável a discursos autoritários e soluções simplistas, o que explica o retorno desses movimentos em tempos de incerteza.

Paralelamente, o contexto sociopolítico contemporâneo, marcado pela globalização e por migrações em massa, gerou uma crise identitária em muitas nações. As mudanças demográficas e culturais, somadas às ameaças reais ou percebidas à soberania nacional, alimentam o medo do “outro” e facilitam a construção de narrativas xenófobas e nacionalistas. Segundo Bauman (2001, p.29), em tempos de crise, a insegurança e o medo são amplamente utilizados por líderes autoritários para justificar políticas de exclusão e controle, gerando um sentimento de pertencimento artificial em grupos sociais que se sentem ameaçados. Esse retorno ao autoritarismo, portanto, não é um fenômeno isolado, mas profundamente enraizado em processos históricos e sociopolíticos que moldam as sociedades contemporâneas.

Ademais, a desconexão entre as elites políticas e as demandas populares tem criado um vazio de representatividade que os movimentos de extrema direita exploram com eficiência. Apresentando-se como “antissistema” e defensores do povo, esses grupos canalizam o descontentamento popular contra as instituições democráticas, promovendo uma retórica que demoniza minorias e estrangeiros. Assim, o autoritarismo ganha força ao prometer restaurar uma ordem perdida e proteger a identidade nacional. Este ciclo de descontentamento e polarização histórica e social cria o terreno fértil para o ressurgimento de ideias autoritárias, legitimadas pela crise contínua das democracias liberais.

3.2 As novas estratégias políticas da extrema direita no Século XXI

Enquanto os movimentos autoritários do século XX dependiam amplamente da violência física e do controle estatal para manter sua influência, os movimentos de extrema direita no século XXI adotaram estratégias políticas mais sofisticadas e disfarçadas. Eles utilizam as estruturas democráticas para minar a própria democracia, entrando em esferas de poder através de eleições e referendos. Ao invés de desafiar abertamente as normas democráticas, esses grupos se apresentam como defensores do “verdadeiro” povo, frequentemente usando a linguagem da democracia e da liberdade para justificar políticas excludentes e autoritárias. Esse paradoxo, em que a extrema direita usa as ferramentas da democracia para destruí-la por dentro, revela uma estratégia política engenhosa e perigosa.

Além disso, a retórica desses movimentos se adaptou ao contexto contemporâneo. No lugar de líderes carismáticos que pregam a superioridade racial, surgem figuras que, embora ainda promovam ideais xenófobos e nacionalistas, o fazem de maneira velada, utilizando códigos culturais e apelos à “proteção da tradição” e à “defesa da soberania”. Como aponta Mouffe (2005, p.64), esses líderes populistas conseguem criar um “nós contra eles” eficaz, onde a política se torna um campo de

batalha moral em vez de um espaço de deliberação racional. Ao polarizar o debate público, esses movimentos limitam a possibilidade de diálogo e corroem as bases da democracia pluralista.

As estratégias políticas da extrema direita no século XXI também incluem a captura de instituições chave do Estado, como o judiciário e a mídia pública, minando progressivamente os contrapesos democráticos. O uso do aparato jurídico para consolidar o poder e eliminar a oposição se tornou uma tática recorrente em regimes autoritários contemporâneos. Essa abordagem não apenas reforça a centralização do poder, mas também legitima ações antidemocráticas sob a aparência de legalidade. Ao manipular as leis e explorar as vulnerabilidades das democracias liberais, os movimentos de extrema direita buscam consolidar sua hegemonia sem recorrer ao golpe militar tradicional.

3.3 Tecnologia e polarização: o papel das redes sociais na difusão ideológica

O avanço das tecnologias digitais e, em particular, das redes sociais, revolucionou a forma como as ideologias políticas são difundidas e absorvidas pela população. Embora tenham democratizado o acesso à informação, as redes sociais também abriram caminho para a proliferação de desinformação, teorias da conspiração e discursos de ódio, que são instrumentalizados por movimentos de extrema direita para ampliar sua base de apoio. Essas plataformas se tornaram ferramentas poderosas para a radicalização de indivíduos e para a criação de “bolhas ideológicas” nas quais apenas certas narrativas são reforçadas. A capacidade de alcançar milhões de pessoas instantaneamente com conteúdo altamente direcionado torna as redes sociais o principal palco para a difusão de ideias autoritárias no século XXI.

As redes sociais, ao facilitar a fragmentação do público em grupos homogêneos, também reforçam a polarização política. Através de algoritmos que priorizam conteúdos que ressoam com as crenças pré-existentes dos usuários, essas plataformas criam uma espécie de câmara de eco, onde o diálogo e o debate são substituídos pela reafirmação de certezas. Isso impede o contato com visões divergentes e, em última instância, enfraquece o discurso democrático. Como Foucault (1969, p.87) observou, o controle do discurso é fundamental para o exercício do poder; em tempos de redes sociais, esse controle assume uma forma insidiosa, pois o próprio usuário se torna um agente de sua própria desinformação. A era digital, portanto, introduz novas dinâmicas de poder que favorecem a ascensão da extrema direita.

3.3.1 A Manipulação da opinião pública e o uso de algoritmos para reforçar narrativas radicais

A manipulação da opinião pública através de algoritmos é uma das principais estratégias da extrema direita para difundir suas ideologias e expandir sua influência. Ao coletar dados pessoais e comportamentais dos usuários, as plataformas digitais conseguem oferecer conteúdo altamente personalizado, que reforça as predisposições ideológicas dos indivíduos. Esse processo cria uma espiral de radicalização, na qual os usuários são continuamente expostos a narrativas que confirmam suas crenças e ampliam o espectro de suas convicções. A capacidade de direcionar essas mensagens com precisão quase cirúrgica torna a manipulação ideológica mais eficiente e invisível do que nunca.

Como resultado, a esfera pública digital torna-se um campo fértil para a propagação de discursos extremistas, com pouca ou nenhuma mediação por parte das instituições tradicionais. A ilusão de participação democrática oferecida pelas redes sociais é, na verdade, uma forma de controle que serve aos interesses de grupos autoritários. Ao explorar o viés de confirmação e o medo do “outro”, esses movimentos utilizam algoritmos para polarizar e radicalizar ainda mais o debate público. Esse processo, ao mesmo tempo em que parece descentralizado e espontâneo, é cuidadosamente orquestrado para maximizar o impacto das mensagens extremistas.

“A expansão das mídias digitais transformou radicalmente a esfera pública, impondo novos desafios à deliberação racional e ao poder dos meios de comunicação sobre o comportamento dos cidadãos.” (Habermas, 2006, p. 411). A manipulação algorítmica da opinião pública representa, assim, um dos desafios mais complexos para a preservação da democracia, exigindo uma reflexão profunda sobre o papel das tecnologias na sociedade contemporânea.

4 DEMOCRACIA EM RISCO: reflexões sobre a fragilidade das instituições

A fragilidade das democracias liberais no contexto contemporâneo é um dos temas mais discutidos nos estudos políticos e filosóficos. Desde o início do século XXI, observamos que os pilares fundamentais que sustentam a democracia – como a liberdade de expressão, a independência das instituições e o pluralismo – estão cada vez mais ameaçados. O avanço de discursos populistas, que se alimentam da desconfiança generalizada em relação às elites e às instituições, contribui para minar a legitimidade do sistema democrático. Esse fenômeno reflete uma crise mais profunda de confiança social, onde a promessa de inclusão e justiça feita pelas democracias liberais parece frustrada pela crescente desigualdade econômica e pela globalização.

Os discursos populistas geralmente atacam as instituições democráticas, apresentando-as como corrompidas e distantes dos interesses do “povo”. Essa retórica gera um terreno fértil para o

surgimento de líderes autoritários que se apresentam como os únicos capazes de “restaurar” a ordem e a moralidade. Como observou Hannah Arendt, em tempos de crise, as massas tendem a buscar soluções rápidas e líderes que prometem agir de forma decisiva, muitas vezes ignorando ou desvalorizando os mecanismos democráticos (Arendt, 1951, p. 436). O perigo desses discursos está justamente na sua capacidade de simplificar questões complexas e legitimar a concentração de poder em figuras autoritárias, o que enfraquece a pluralidade e o debate, elementos centrais de qualquer democracia.

Esse processo tem como uma de suas consequências mais devastadoras a polarização da sociedade. Líderes populistas frequentemente utilizam a retórica de “nós contra eles”, dividindo a população entre o “povo puro” e as “elites corruptas” ou grupos minoritários, exacerbando tensões sociais já existentes. Essa divisão artificial impede o diálogo e cria uma atmosfera de conflito constante, na qual a desconfiança em relação às instituições se torna norma. Como Habermas observou, o processo democrático só pode funcionar quando há um mínimo de consenso sobre as regras do jogo e um compromisso com a deliberação racional (Habermas, 1996, p. 324). Quando esse consenso se quebra, as bases da democracia ficam vulneráveis a ataques autoritários.

4.1 A vulnerabilidade das democracias liberais diante de discursos populistas

As democracias liberais, com suas garantias de direitos fundamentais e mecanismos de controle do poder, são altamente vulneráveis aos discursos populistas que buscam concentrar o poder nas mãos de líderes carismáticos. O populismo contemporâneo é caracterizado por uma narrativa que se opõe às elites políticas e intelectuais, propondo uma aproximação direta entre o líder e o povo. Essa conexão direta, sem a mediação das instituições tradicionais, coloca em risco a própria essência da democracia representativa, uma vez que os freios e contrapesos que garantem o equilíbrio de poder são vistos como obstáculos à vontade popular.

A retórica populista frequentemente se vale do argumento de que as instituições democráticas são ineficazes ou corruptas, sugerindo que apenas um líder forte pode promover as mudanças necessárias para corrigir as desigualdades e os problemas sociais. Como Arendt nos lembra, “[...] em tempos de crise, as massas não clamam por liberdade, mas por proteção” (Arendt, 1951, p. 382). Esse desejo de proteção e ordem permite que líderes populistas demonizem as instituições que, na verdade, são fundamentais para o funcionamento de uma democracia saudável. A centralização de poder em líderes autoritários, no entanto, acaba por minar a legitimidade das instituições, fragilizando a estrutura democrática.

Além disso, o populismo é altamente adaptável e capaz de usar os próprios mecanismos democráticos para subverter a democracia. O populista não rejeita a democracia formalmente, mas a esvazia por dentro, tornando as eleições e outros processos democráticos meras formalidades que servem para legitimar seu controle. Como aponta Mouffe (2000, p.29), o populismo explora as falhas da democracia liberal ao exacerbar as tensões entre o ideal de soberania popular e as instituições que limitam essa soberania em nome do respeito às minorias e aos direitos humanos. Isso cria uma tensão constante entre a vontade popular, representada de forma distorcida pelos populistas, e os princípios do constitucionalismo liberal.

4.2 O enfraquecimento das estruturas de controle e sua correlação com o autoritarismo

O enfraquecimento das estruturas de controle, como o judiciário independente, a imprensa livre e os mecanismos de fiscalização legislativa, são um dos sinais mais claros da erosão democrática e da aproximação ao autoritarismo. Esses mecanismos, responsáveis por garantir que o poder executivo não atue de forma arbitrária, são constantemente atacados por governos autoritários e populistas que veem neles um obstáculo à implementação de suas agendas. A deterioração dessas instituições não ocorre de forma abrupta, mas gradualmente, através de reformas legais que visam minar sua independência e eficácia. Uma vez comprometidos, esses controles deixam o caminho aberto para a centralização do poder.

Líderes autoritários costumam justificar o enfraquecimento das estruturas de controle sob o pretexto de que elas não refletem mais a vontade do povo ou estão corrompidas por elites distantes. Esse discurso encontra ressonância em um contexto de crise econômica e descontentamento social, onde as instituições democráticas são vistas como ineficazes. Segundo Habermas, “a erosão das estruturas de controle é o primeiro passo em direção ao autoritarismo, uma vez que elimina os mecanismos que garantem a responsabilidade do poder” (Habermas, 2006, p. 411). Essa corrosão institucional transforma o sistema democrático em uma fachada, onde as liberdades formais são mantidas, mas o controle efetivo do poder está nas mãos de poucos.

Além disso, o enfraquecimento das instituições de controle está intrinsecamente ligado à captura do Estado. Governos autoritários tendem a preencher cargos estratégicos com indivíduos leais ao regime, comprometendo a imparcialidade e a independência dessas instituições. Esse processo, que inclui a nomeação de juízes partidários, o controle sobre os meios de comunicação e a manipulação das forças de segurança, é uma característica típica de regimes que estão em transição para o autoritarismo. Como Foucault (1975, p.19-20) argumenta, o poder se exerce não apenas através da repressão, mas também pela colonização das instituições que deveriam atuar como contrapesos ao

governo. Assim, o enfraquecimento dessas estruturas é, na verdade, um fortalecimento do autoritarismo disfarçado de legalidade.

Portanto, a correlação entre o enfraquecimento das estruturas de controle e o autoritarismo é evidente. A medida que essas instituições perdem sua capacidade de agir de forma independente, o poder se concentra nas mãos de uma elite que não presta contas à sociedade. Esse processo não apenas mina a confiança pública nas instituições, mas também facilita o desmantelamento gradual dos direitos e liberdades que caracterizam uma democracia liberal.

5 A FILOSOFIA POLÍTICA DIANTE DO AVANÇO AUTORITÁRIO

A filosofia política desempenha um papel central no enfrentamento das ameaças autoritárias que emergem no século XXI. O pensamento filosófico é uma fonte crucial para a análise das crises políticas contemporâneas, fornecendo as ferramentas teóricas necessárias para a defesa dos direitos humanos e das conquistas civilizatórias. Conceitos como liberdade, igualdade e justiça estão no cerne da filosofia política e são essenciais para a preservação de sociedades democráticas. Diante do avanço de ideologias autoritárias, é fundamental resgatar esses princípios e refletir sobre como aplicá-los em um contexto marcado pela polarização e pela ameaça à ordem democrática.

Líderes autoritários, ao minar esses conceitos fundamentais, buscam impor um controle que compromete os direitos e liberdades individuais em nome de uma suposta ordem coletiva. A filosofia política, nesse contexto, não pode ser um exercício teórico distante, mas uma prática de resistência ativa que questiona e enfrenta as forças que buscam desmantelar a democracia. Como afirma John Rawls em sua teoria da justiça, “os princípios de justiça são aqueles que todos os indivíduos escolheriam em uma situação de igualdade inicial” (Rawls, 1971, p. 11). Portanto, a filosofia nos convida a revisitar esses conceitos e refletir sobre como reestabelecer as bases da justiça e da igualdade diante das ameaças autoritárias.

5.1 A relevância de conceitos como liberdade, igualdade e justiça na defesa das conquistas civilizatórias

A defesa das conquistas civilizatórias passa, necessariamente, pela compreensão profunda dos conceitos de liberdade, igualdade e justiça. Esses valores, estabelecidos ao longo de séculos de lutas sociais e filosóficas, são o alicerce das democracias modernas e garantem a coexistência pacífica e o respeito mútuo entre os cidadãos. O conceito de liberdade, por exemplo, vai muito além da simples ausência de restrições. Berlin (1958, p.24), ao discutir a liberdade positiva e

negativa, destaca que a verdadeira liberdade envolve tanto a ausência de coerção quanto a capacidade de autodeterminação dos indivíduos dentro de uma sociedade justa. É essa noção ampliada de liberdade que precisa ser preservada e defendida contra as ameaças de controle autoritário.

A igualdade, por sua vez, é outro conceito fundamental que se encontra em risco diante do avanço de políticas excludentes e discriminatórias. As democracias liberais são construídas sobre a premissa de que todos os cidadãos devem ter as mesmas oportunidades e direitos, independentemente de sua origem ou condição social. O ataque a esse princípio essencial, promovido por regimes autoritários, desmantela o pacto social que sustenta as democracias. Rawls (1971, p.38), em sua teoria da justiça, aponta que uma sociedade justa é aquela que distribui de forma equitativa os bens primários e respeita a dignidade de cada indivíduo. Sem igualdade, a liberdade se torna privilégio de poucos, e a justiça, uma promessa vazia.

Além disso, o conceito de justiça, profundamente ligado à ideia de equidade, é crucial para garantir que as democracias possam enfrentar as pressões autoritárias. A justiça não pode ser vista apenas como uma virtude abstrata, mas como uma prática concreta de distribuição justa de recursos e oportunidades. Movimentos autoritários tendem a se aproveitar das desigualdades sociais para alimentar o ressentimento e fortalecer suas bases de apoio, o que torna ainda mais importante a promoção da justiça social como uma forma de resistência. Ao lembrar esses princípios, a filosofia política oferece um caminho claro para a defesa das conquistas civilizatórias que estão sob ataque.

5.2 O resgate do pensamento filosófico como ferramenta de resistência

O pensamento filosófico, com sua tradição de questionamento e análise crítica, deve ser resgatado como uma ferramenta fundamental de resistência ao avanço autoritário. Em tempos de crise, quando a razão e o diálogo são enfraquecidos por narrativas populistas e extremistas, a filosofia oferece os instrumentos necessários para desconstruir esses discursos e restabelecer uma base racional para o debate público. A filosofia nos convida a questionar não apenas o poder, mas também as condições de sua legitimação, permitindo-nos identificar onde as estruturas democráticas estão sendo corroídas. Como Habermas aponta, “a crítica racional é a força motriz da democracia deliberativa, capaz de preservar sua integridade frente às pressões autoritárias” (Habermas, 2006, p. 411).

Além disso, a filosofia desempenha um papel crucial na educação cívica, formando cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres. Em um contexto de desinformação e manipulação política, a capacidade de reflexão crítica se torna uma arma poderosa contra o

autoritarismo. Movimentos autoritários prosperam onde a ignorância prevalece, e é justamente nesse cenário que o pensamento filosófico deve atuar como uma luz no caminho da emancipação intelectual. Através da educação filosófica, é possível formar indivíduos capazes de resistir às pressões externas e às narrativas simplistas, oferecendo uma base sólida para a defesa da democracia.

Por fim, o resgate do pensamento filosófico também tem o potencial de reorientar o debate político para questões de substância, evitando a superficialidade das discussões dominadas pelo imediatismo e pela polarização. A filosofia, com sua tradição de reflexão profunda, é capaz de trazer de volta o foco para as questões estruturais e éticas que são frequentemente ignoradas em um debate público cada vez mais fragmentado. É através dessa capacidade de refletir criticamente sobre a sociedade que a filosofia pode contribuir para a reconstrução de uma democracia mais justa e sólida.

5.3 O legado de Hannah Arendt e o totalitarismo moderno

O pensamento de Hannah Arendt oferece um dos diagnósticos mais poderosos sobre as origens e os perigos do totalitarismo moderno. Seu estudo sobre os regimes totalitários do século XX, especialmente o nazismo e o stalinismo, revela como esses sistemas políticos conseguem dismantlar as instituições democráticas e subjugar populações inteiras através do uso do terror e da propaganda. A obra *Origens do Totalitarismo* é fundamental para entender as condições que permitem o surgimento de regimes totalitários, assim como para refletir sobre as ameaças contemporâneas à democracia. Arendt (1951, p.46) nos alerta que o totalitarismo não surge de forma abrupta, mas através de um processo gradual de erosão das liberdades civis e da manipulação das massas.

Arendt (1951, p.82) também identifica que o totalitarismo não se limita ao controle político, mas abrange todos os aspectos da vida social e privada, impondo uma ideologia totalizante que nega a individualidade e a pluralidade. Sua análise sobre a banalidade do mal, como exemplificada no julgamento de Adolf Eichmann, nos mostra que os indivíduos podem ser levados a cometer atrocidades não por uma ideologia radical, mas pela simples obediência e conformismo a um sistema totalitário (Arendt, 1963, p. 287). Essa lição é crucial para entender como regimes autoritários conseguem mobilizar grandes segmentos da população para apoiar suas políticas, muitas vezes sem questionar sua legitimidade.

Ao refletir sobre o legado de Arendt (1963, p.23), podemos extrair importantes lições para o combate ao autoritarismo moderno. Em uma era marcada pela polarização e pelo extremismo, o pensamento arendtiano nos convida a resistir à tentação da homogeneidade ideológica e a valorizar a pluralidade como um princípio fundamental da democracia. A defesa da liberdade de pensamento e a capacidade de julgar criticamente o mundo ao nosso redor são, para Arendt, as únicas defesas reais

contra a tirania. Seu legado nos oferece uma bússola ética para navegar em tempos de incerteza política e ameaça autoritária.

5.3.1 Lições sobre a banalidade do mal e a desumanização na era do extremismo

Uma das contribuições mais impactantes de Hannah Arendt para a filosofia política foi sua análise da banalidade do mal, conceito que ela desenvolveu a partir do julgamento de Adolf Eichmann, oficial nazista responsável pela logística do Holocausto. Para Arendt (1963, p.37), Eichmann não era um monstro ideológico, mas um burocrata comum, incapaz de pensar de forma crítica sobre as consequências de suas ações. Essa incapacidade de pensar, que Arendt chama de “ausência de pensamento”, permitiu que Eichmann participasse de um dos maiores crimes da humanidade sem questionar sua moralidade (Arendt, 1963, p. 287). A lição central aqui é que o mal pode surgir não de uma maldade inerente, mas da obediência cega a ordens e normas desumanizadoras.

Essa reflexão é especialmente relevante no contexto contemporâneo, onde o extremismo político e o autoritarismo são frequentemente normalizados. A desumanização, que é central para os regimes totalitários, continua sendo uma ferramenta utilizada por movimentos autoritários para justificar a exclusão e a violência contra grupos marginalizados. O conceito de banalidade do mal nos alerta sobre o perigo de aceitar passivamente políticas e práticas que desumanizam o “outro”, sejam elas justificadas por razões de segurança, identidade nacional ou ordem social. O que Arendt (1963, p.89) nos ensina é que o verdadeiro perigo reside na incapacidade das pessoas comuns de questionar as normas que lhes são impostas.

A desumanização é, portanto, um dos mecanismos mais eficazes para consolidar regimes autoritários. Quando a população é treinada a ver certos grupos como menos humanos ou indignos de direitos, a violência contra esses grupos se torna aceitável, ou até mesmo moralmente justificada. A resistência a esse processo de desumanização deve ser uma prioridade em qualquer sociedade que preze pela democracia e pelos direitos humanos. Como Arendt (1963, p.108) nos ensina, o pensamento crítico e a valorização da pluralidade são as únicas defesas eficazes contra o retorno de políticas totalitárias.

6 CAMINHOS PARA A PRESERVAÇÃO DEMOCRÁTICA: uma perspectiva filosófica

A preservação das democracias no século XXI exige não apenas a defesa de suas instituições políticas, mas também um comprometimento profundo com a ética e a educação. Esses dois pilares, muitas vezes subestimados em tempos de crise, desempenham um papel fundamental na

reconstrução da confiança social e institucional, fatores essenciais para a resiliência de qualquer sistema democrático. A confiança nas instituições é abalada quando os cidadãos sentem que essas estruturas não estão agindo em prol do bem comum. Isso cria uma brecha que é explorada por líderes autoritários, que prometem soluções rápidas e centralização do poder. No entanto, a verdadeira solução para essa crise não está na concentração de poder, mas na revalorização de práticas éticas e educacionais que possam reestabelecer a confiança e o compromisso com a coletividade.

A ética, enquanto campo da filosofia, oferece as ferramentas necessárias para avaliar as ações políticas e sociais, ajudando a identificar o que é justo e moral em uma sociedade. A crise de confiança que afeta as democracias modernas está, em grande parte, enraizada na percepção de que as elites políticas e econômicas não agem de acordo com princípios éticos. Segundo Aristóteles, “a justiça é a base sobre a qual se assentam todas as virtudes” (Aristóteles, 2009, p. 125). Quando a justiça e a ética são negligenciadas, a confiança social se dissolve, criando espaço para a radicalização e o autoritarismo. Portanto, é imprescindível que as democracias contemporâneas não apenas protejam suas instituições, mas também cultivem uma cultura ética robusta, onde o compromisso com a justiça seja o eixo central de todas as decisões políticas.

Além disso, a educação é um elemento indispensável na preservação da democracia. Uma população educada, capaz de pensar criticamente e de participar ativamente no debate público, é a melhor defesa contra os avanços autoritários. Como apontou John Dewey, “a democracia deve ser nascida de novo a cada geração, e a educação é sua parceira” (Dewey, 1916, p. 101). O fortalecimento da educação cívica e filosófica não apenas prepara os indivíduos para compreenderem suas responsabilidades como cidadãos, mas também desenvolve neles a capacidade de resistir à manipulação e à propaganda. A educação, nesse sentido, não se limita à transmissão de informações, mas envolve a formação de uma cidadania crítica, consciente de seus direitos e deveres, e comprometida com a manutenção das liberdades democráticas.

6.1 Reflexões sobre o papel da ética e da educação na reconstrução da confiança social e Institucional

A ética, como prática de reflexão sobre os princípios que devem nortear as relações humanas, é crucial para a reconstrução da confiança social. A confiança é um dos pilares fundamentais das sociedades democráticas, e sua erosão contribui diretamente para o avanço de discursos autoritários e populistas. Quando os cidadãos não acreditam mais que suas instituições estão comprometidas com o bem comum, eles se tornam mais suscetíveis a narrativas que prometem soluções rápidas e personalizadas. Nesse contexto, a ética não pode ser vista apenas como uma

virtude individual, mas como um compromisso coletivo com a justiça e a equidade. Aristóteles, ao discutir a virtude da justiça, destaca que “a justiça é aquilo que mantém a ordem política em uma sociedade” (Aristóteles, 2009, p. 125). Portanto, o resgate da confiança institucional está intrinsecamente ligado à aplicação consistente de princípios éticos.

Essa crise de confiança nas instituições não é um fenômeno isolado. Ela está profundamente conectada ao sentimento de alienação que muitos cidadãos experimentam diante de um sistema político que parece distante de suas necessidades e aspirações. Instituições democráticas, quando não ancoradas em práticas éticas, perdem sua legitimidade. Como resultado, a confiança social se dissolve, e o terreno se torna fértil para o autoritarismo. O filósofo Emmanuel Lévinas nos lembra que a ética é a base das relações humanas, enfatizando que “o outro é o ponto de partida da ética” (Lévinas, 1969, p. 43). Dessa maneira, a recuperação da confiança social exige um esforço ético que priorize a alteridade, o diálogo e a justiça como bases para a ação política.

A educação também tem um papel insubstituível na reconstrução da confiança social e institucional. Democracias sólidas dependem de cidadãos bem informados e capazes de participar criticamente no debate público. No entanto, em muitos contextos, a educação cívica tem sido negligenciada, deixando os cidadãos vulneráveis à manipulação ideológica e à desinformação. Para que a democracia se mantenha, é essencial que a educação vá além da mera transmissão de conhecimento técnico, promovendo uma formação integral que inclua o desenvolvimento da capacidade crítica. A educação deve formar cidadãos capazes de questionar, refletir e agir em prol do bem comum. Como Dewey observa, “a educação não é preparação para a vida; a educação é a própria vida” (Dewey, 1916, p. 101). Ao cultivar o pensamento crítico e a autonomia moral, a educação oferece as bases para a restauração da confiança nas instituições democráticas.

Em última análise, a ética e a educação são as principais ferramentas para reconstruir a confiança em um momento em que a democracia se encontra sob ataque. Sem essas duas bases, a política se torna um jogo de interesses pessoais, e as instituições perdem sua capacidade de representar o bem comum. A defesa da democracia não pode ser apenas uma questão de estrutura institucional, mas também de compromisso ético e de formação educacional. Ao resgatar esses princípios, é possível reconstruir a confiança social e fortalecer as instituições que garantem a liberdade e a justiça para todos.

7 CONCLUSÃO

A análise da crise democrática contemporânea, em conjunto com o avanço autoritário, evidencia a necessidade urgente de resgatar princípios filosóficos fundamentais como liberdade,

igualdade e justiça. O presente artigo demonstrou que a ascensão da extrema direita global, associada à fragilidade das instituições democráticas, é uma ameaça real às conquistas civilizatórias. Ao utilizar os próprios mecanismos da democracia para corroê-la por dentro, os movimentos autoritários expõem a vulnerabilidade das democracias liberais, especialmente quando os cidadãos perdem a confiança nas instituições. A relevância da ética e da educação emerge, então, como caminho essencial para reconstruir essa confiança, fornecendo as bases para uma resistência eficaz e consciente contra o retrocesso autoritário.

A viabilidade da pesquisa é confirmada pela sua capacidade de fornecer reflexões filosóficas profundas e atualizadas sobre o cenário político atual, além de sua importância prática. Ao destacar o papel da filosofia política como ferramenta de resistência, o artigo oferece não apenas uma crítica teórica, mas também um chamado à ação. A educação, em particular, surge como um pilar na formação de cidadãos críticos e engajados, capazes de reconhecer e combater as narrativas simplistas e polarizadoras que sustentam o autoritarismo. O impacto social desta pesquisa se reflete na urgência de promover o pensamento crítico e o fortalecimento das instituições democráticas, elementos indispensáveis para a manutenção de uma sociedade justa e pluralista.

Por fim, ao refletirmos sobre o futuro da democracia, é imperativo que a filosofia continue desempenhando um papel central no debate público. A crise que enfrentamos não é passageira, e a preservação das liberdades exige vigilância contínua e um compromisso renovado com a educação ética e cívica. O autoritarismo pode ser combatido, mas somente se cultivarmos uma sociedade que valorize a diversidade de pensamentos e a deliberação racional. Assim, o futuro da democracia dependerá, em última análise, da nossa capacidade de aprender com as lições do passado e de construir, coletivamente, um presente onde a justiça e a liberdade prevaleçam. Como disse Arendt, “a essência dos direitos humanos é o direito a ter direitos” – e nossa missão será, sempre, defendê-los.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1951.

ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1963.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Martin Claret, 2009.

BAUMAN, Z. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001.

BERLIN, I. **Dois Conceitos de Liberdade**. 1958.

A CRISE DA RAZÃO E O AVANÇO DO AUTORITARISMO: reflexões filosóficas sobre a extrema direita e a fragilidade democrática

DEWEY, J. **Democracia e Educação**. Nova Iorque: Macmillan, 1916. Disponível em: <https://archive.org/details/democracyandeducation>. Acesso em: 13 out. 2024.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1979.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 1969.

HABERMAS, J. **The Divided West**. Cambridge: Polity Press, 2006.

HABERMAS, J. **Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy**. Cambridge: MIT Press, 1996.

HABERMAS, J. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. 1985.

HABERMAS, J. **A Transformação Estrutural da Esfera Pública**, 1962.

LÉVINAS, E. **Totalidade e Infinito: ensaio sobre a exterioridade**. Lisboa: Edições 70, 1969.

MOUFFE, C. **On the Political**. Londres: Routledge, 2005.

MOUFFE, C. **The Democratic Paradox**. 2000

NIETZSCHE, F. **Além do Bem e do Mal**. 1886.

NIETZSCHE, F. **Assim Falou Zaratustra**. 1883-1885

RAWLS, J. **Uma Teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 1971.